



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.
Sub-eixo: Relações étnico-raciais e desigualdades.

DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA PARA O SERVIÇO SOCIAL: AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO MUCURI

SIDIMARA CRISTINA DE SOUZA¹
ÂNGELA ERNESTINA CARDOSO DE BRITO²

Resumo: Este trabalho objetivou enfatizar a pesquisa etnográfica como opção metodológica e modalidade qualitativa de pesquisa relevante na construção de pesquisas sociológicas. Tendo como amostragem três comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri-Minas Gerais, Brasil: Quilombo Santa Cruz e Água Preta de Cima no município de Ouro Verde de Minas; e Marques, na cidade de Carlos Chagas. O estudo teve como suporte metodológico a pesquisa etnográfica e a pesquisa bibliográfica, compartilhando os limites e desafios do campo. Considera-se a etnografia como opção metodologia, de integração entre teoria prática e ferramenta útil para a compreensão da práxis social.

Palavras-chaves: Etnografia; quilombos; Serviço Social.

Abstract: This study aimed to emphasize ethnographic research as a methodological option and qualitative modality of relevant research in the construction of sociological research. A sample of three remaining quilombo communities from the Mucuri-Minas Gerais Valley, Brazil: Quilombo Santa Cruz and Água Preta de Cima in the municipality of Ouro Verde de Minas; and Marques, in the city of Carlos Chagas. The study had methodological support for ethnographic research and bibliographical research, sharing the limits and challenges of the field. Ethnography is considered as an option methodology, of integration between practical theory and useful tool for the understanding of social praxis.

Keywords: Ethnography; Quilombos; Social Service.

INTRODUÇÃO

O estudo apresenta breve exposição do olhar etnográfico da atuação de assistentes sociais enquanto “estrangeira” nas comunidades remanescentes de quilombo Santa Cruz e Água Preta de Cima no município de Ouro Verde de Minas e Marques, na cidade de Carlos Chagas, localizadas no Vale do Mucuri,

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <sidi.mara@hotmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia.

Minas Gerais, Brasil. A escolha desses quilombos se deve ao fato da possibilidade de acesso até eles, uma vez que, grande parte desses grupos se localizam em abrangências geográficas de difícil acesso.

Uma pesquisa sempre deve responder a um problema, seja teórico ou prático. A pesquisa qualitativa se aplica prioritariamente na análise dos processos sociais, no sentido que as pessoas e a coletividade dão à ação, na vida cotidiana, na construção da realidade social. A etnografia pautada nos fundamentos coerentes que orientam o Serviço Social deve ser compreendida como o aprimoramento de estratégias da investigação social numa perspectiva crítica.

Ao etnógrafo cabe papel de análise da cultura de um determinado grupo social, para exercer este papel, o pesquisador/assistente social é desafiado a iniciar seu trabalho no "trampolim do estranhamento" ponto estratégico para o "mergulho" indispensável para "diferenciar o aparente e o cotidiano banal do tradicional e arraigado na interpretação cultural" (ACHUTTI, 1997, p.64).

De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (2017), 75,6% das famílias quilombolas se encontram em situação de extrema pobreza, 23,5% não sabe ler nem escrever, 62% não possui água tratada e canalizada, 76% não tem acesso à saneamento básico, 58% não possui coleta do lixo e 36% banheiro ou sanitário, mesmo havendo programas e projetos que atendam essas necessidades básicas no interior dos territórios quilombolas.

Tais informações nos revelam a precarização que vivem os quilombolas, o que nos leva a perceber como são múltiplos os reflexos da questão social nesse universo. Entretanto, no Serviço Social é restrito a discussão sobre famílias negras e mais remoto ainda são os estudos sobre quilombolas. Enquanto assistentes sociais, analisamos que na nossa área de conhecimento não há uma preocupação em discutir as especificidades, as diferenças internas das famílias. O negro está ausente ou excluído do debate que envolve não somente a discussão acerca da questão familiar, mas também da maioria dos assuntos discutidos pela categoria.

Por fim, acreditamos ser necessário realizar estudos que relatem sobre a realidade de grupos minoritários tão poucos debatidos no Serviço Social, fator que inviabiliza a realização de um diálogo aprofundado com as categorias analíticas (ética, política e profissional) defendidas pelo Projeto Ético-Político-Pedagógico do Curso.

Nesse sentido, elencamos alguns pontos que consideramos de extrema importância, no que tange à realização de estudos que enfoquem grupos culturalmente excluídos e marginalizados pela sociedade. O primeiro ponto aponta para a importância de pesquisas sobre questão racial e quilombola, dentro do curso Serviço Social. Uma vez que, estudos nessa temática vão de encontro às atribuições privativas do assistente social, podendo auxiliar na elaboração de políticas públicas. Além de servir como um instrumento de avaliação de indicadores nas cidades, ou regiões estudadas, e ser um instrumento que possibilite o acesso dos remanescentes de quilombo aos seus direitos.

Conforme podemos observar na Lei 8.662, no art. 4º, é competência do assistente social: elaborar, implementar, executar e avaliar projetos, programas e políticas sociais; orientar e encaminhar providências a indivíduos; prestar assessoria aos movimentos sociais entre outras tantas coisas. Ressaltamos tais atribuições para dar ênfase à relevância de estudos que retratem o problema do negro no interior do curso de Serviço Social, em prol da luta por um povo que historicamente foi, e ainda é marginalizado.

Ressaltamos que as diversas expressões da questão social se manifestam nas cidades e também no campo, como é o caso das comunidades remanescentes de quilombo, e por isso precisa-se de investigações que mostrem essa realidade e insiram no cotidiano profissional do assistente social a necessidade de pesquisar, elaborar projetos e programas sobre grupos étnico-raciais, contribuindo com a reivindicação de direitos e para um processo de formação política. Pois as lutas destas comunidades não são apenas por terra, mas também pelo direito a uma vida digna e mais humana.

Destacamos que o próprio Projeto Ético Político do Serviço Social tem como princípio o reconhecimento da liberdade como valor central da profissão,

buscando eliminar qualquer forma de preconceito e de discriminação, de forma a ampliar e consolidar a cidadania e a democracia. Princípios que vão de encontro com a questão racial, assim como com as diversas mazelas sociais expressas no interior das comunidades rurais negras, reafirmando a importância e necessidade de ações interventivas do assistente social junto aos reflexos da questão social no espaço socioeconômico rural.

Um segundo elemento a ser pontuado é que o assistente social é um profissional que lida cotidianamente com as refrações da questão social e, portanto, historicamente, com a população empobrecida, o que inclui em especial os grupos minoritários como (negros, indígenas, quilombolas, mulheres, idosos, população LGBT, etc.). O domínio de conhecimentos sobre a história, a cultura afro-brasileira e as questões concernentes às relações raciais no Brasil são habilidades fundamentais para se combater as diferentes formas de dominação e exclusão.

Por fim, enfatizamos que a discussão que estamos buscando iniciar com esse relato é apenas o início de uma longa jornada de debates acadêmicos que precisam ser impulsionados, assim como afirmamos que os reflexos da questão social precisam ser analisados em suas diversas manifestações e que nós assistentes sociais precisamos estar atentos para não reproduzirmos que reforce os ideais do neoliberalismo e do conservadorismo ancorados na gênese da nossa profissão.

O etnógrafo constrói conhecimentos ao descrever realidades sociais particulares apresentando relações relevantes para as questões teóricas mais gerais, instala também categorias e relações conceituais que permitem articular a descrição de determinada realidade. A descrição do particular é resultado de uma elaboração teórica e não somente de uma observação empírica. O trabalho teórico permite ao etnógrafo a observar mais e deixar-se surpreender mais. A etnografia pode trazer à discussão os processos cotidianos que ocorrem nas escolas, integrando à ela os conhecimentos locais.

O trabalho aqui apresentado foi desafiador, além de muito gratificante, pois conseguimos construir uma relação de reciprocidade entre o nosso eu e o outro, aprendendo a observar mais, falar menos e escrever com mais facilidade

e confiança, pois o diário de campo se tornou nosso maior aliado durante esse estudo.

Em geral, o serviço social apresenta-se na academia como uma profissão interventiva, têm fontes diversas fontes filosóficas, políticas e ideológicas, diferentes contribuições da psicologia, e das ciências sociais. Historicamente, sua função tem sido dar respostas práticas aos problemas sociais, esse desempenho está expresso em documentos, em livros, espaços acadêmicos e institucionais, não necessariamente vinculados à docência. Está também na sala de aula: nos programas e livros textos, na reflexividade e no discurso do professor, Esse saber vai sendo construído no dia-a-dia da prática profissional. Esse saber se objetiva de outra maneira e não é o discurso normativo, mas o que fazer cotidiano que se constrói nas relações o Assistente Social e a história social que os quilombolas vivem. Alguns desses saberes bem antigos o Assistente Social incorpora em sua prática um saber social referente a como lidar com os desafios do cotidiano, o conhecimento social de sua língua, a relação com a escrita, com o saber cotidiano e o saber científico do outro da diversidade.

Como destaca Fonseca (2006, p.13), a perspectiva etnográfica nos traz uma contribuição ímpar: “a tentativa de entender outros modos de vida usando a subjetividade do pesquisador e sua confrontação com o “diferente”, instrumento principal de conhecimento”. E é no intuito de compartilhar o meu entendimento sobre as comunidades quilombolas, assim como meus desafios e limitações que estruturo esse trabalho.

É importante ressaltar que estamos trabalhando comunidades remanescentes de quilombo enquanto grupo étnico-racial que, mediante auto-atribuição construída contrastivamente na relação com os demais sujeitos presentes no seu entorno, adquiriu uma relação territorial baseada em experiências, tradições comuns e em laços de resistências a todas as opressões vividas em virtude do ser negro, rural e quilombola, conforme descrito pelo decreto 4.887/2003

A complexidade que envolve a auto-atribuição é grande, mas também representa uma conquista no campo da visibilidade e da confiabilidade a um grupo historicamente esquecido. O que nos leva a afirmar que, mesmo diante

dos problemas relacionados a efetivação dos direitos territoriais dos quilombolas, o artigo 68 do ADCT é um marco decisivo para consolidação do reconhecimento destas comunidades enquanto sujeitos de direitos, além de possibilitar um movimento de redistribuição e regularização fundiária, mesmo que a passos lentos.

Com o intuito de compartilhar nossa experiência de campo junto as comunidades quilombolas, assim como o processo de escolha, aproximação e estranhamento dos sujeitos pesquisados, estruturamos esse trabalho em três partes: 1. Descrição da região estudada; 2. O processo de escolha dos sujeitos a serem pesquisados; 3. As limitações e dificuldades diante dos desafios da pesquisa etnográfica.

Para iniciarmos nossa conversa destacamos que cada trabalho de campo é único e não existe manual para orientá-lo, por isso, não buscamos descrever como deve ser realizada uma pesquisa empírica, apenas compartilhamos alguns momentos, enquanto pesquisadoras que nos fizeram amadurecer intelectualmente e como seres humanos, pois durante todo o envolvimento com as comunidades foi possível nos entregarmos, vivermos, e assim como Tornquist (2007, p.67), retomarmos ao “trabalho de tradução desta experiência de campo, elaborando a experiência que passou pelo corpo, pela psique, pelas emoções, pelos sonhos”, e hoje fazem parte do meu eu.

O VALE QUE VALE SER DESVENDADO

Para dar início nossa reflexão, acreditamos ser importante descrever a região do estudo, pois o processo de caracterização é fundamental para entendermos de onde e de quem estamos falando. O Vale do Mucuri é composto de 438.247 (quatrocentos e trinta e oito mil duzentos e quarenta e sete) habitantes, dos quais 149.141 (cento e quarenta e nove mil cento e quarenta e um) vivem na área rural, o que corresponde a 34,02% do total. Possui 16.993 (dezesesseis mil novecentos e noventa e três) agricultores familiares, 203 (duzentas e três) famílias assentadas, 09 (nove) comunidades quilombolas e 03

(três) terras indígenas. Seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH médio é 0,68. (MDA, 2015).

Conforme pesquisa realizada pelo Grupo de Extensão e Pesquisa de Agricultura Familiar (GEPAF) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2010), a economia regional é movimentada pela renda de pequenos comércios; pelas atividades na agropecuária e agricultura familiar, bem como pelos benefícios da Previdência Social, em especial as aposentadorias; e também, por meio da transferência de renda advinda de programas assistenciais, como é o caso do Bolsa Família. Cabe observar que as administrações municipais são grandes empregadoras de mão-de-obra assalariada, tendo representatividade, na economia, a remuneração recebida pelos servidores públicos. Esse é o espaço territorial que buscamos desvendar para conhecer a realidade das comunidades quilombolas.

No que tange o recorte das comunidades quilombolas, segundo os dados da Fundação Cultural Palmares (2017), temos um total de 3.018 comunidades remanescentes de quilombo identificadas. Desse montante, 2.533³ já possuem a certidão de reconhecimento enquanto grupo étnico certificadas oficialmente pelo Estado brasileiro. Contudo, das comunidades certificadas, apenas 220 conseguiram o título de posse definitiva das terras, tal como preconizado como direito pelo Art. 68 da Constituição Federal de 1988.. beneficiando 294 comunidades e 15.910 famílias quilombolas.

A partir de estudos realizadas em 2006 e 2008, junto a cento e cinquenta (150) comunidades quilombolas, Brandão et al. (2010, p.24), afirmam que a infraestrutura destas é mínima, e que no quesito saneamento, 28% dos entrevistados disseram ser inexistente a presença de redes de coleta de esgoto. Dos pesquisados, apenas 3% disseram ter rede pública de esgoto. E 68% alegaram possuir fossas, sendo 38% fossa rústica. Nas comunidades pesquisadas, 72,7% dos entrevistados afirmaram que não existe posto de saúde na comunidade.

³ Desse total, 171 comunidades estão localizadas no Estado de Minas Gerais, sendo 9 pertencentes ao Vale do Mucuri.

De acordo com Souza; Rezende; Brandão (2016), a partir do banco de dados do DATAUFF (2011), junto a cento e sessenta e uma (161) comunidades quilombolas de quatorze (14) estados brasileiros que já haviam obtido o título de posse coletiva dos seus territórios, totalizando uma amostra de nove mil, cento e noventa e um (9.191) questionários. Dos entrevistados apenas 0,7% tinham rede pública coletora de esgoto ou pluvial; 40,7% alegaram ter fossa rudimentar; 1,6% tinham fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial e; 40,3% alegaram ter apenas vala.

Em estudos recentes, Souza (2016) destaca que no que tange às condições socioeconômicas das comunidades Marques, Santa Cruz e Água Preta de Cima (sujeitos de estudo da nossa pesquisa), o grau de escolaridade nas três comunidades ainda é baixo. Menos de 4,4% dos chefes de famílias concluíram o ensino fundamental. Do universo pesquisado (90 famílias), 19,0% dos responsáveis domiciliares não foram nem alfabetizados. A baixa escolaridade é uma realidade mesmo na Comunidade de Água Preta de Cima e Santa Cruz, as quais possuem escolas há mais de quarenta anos, que cobre até o quinto ano do ensino básico. Já Marques, nem mesmo possuía tal instituição pública.

Segundo Souza (2016), a principal fonte de renda dos chefes de família dessas comunidades é a aposentadoria, seguida pela comercialização de produtos agrícolas ou da pecuária. Contudo, o valor adquirido com a venda de produtos é extremamente baixa, não chegando a computar meio salário mínimo (Sendo que a menor renda é R\$ 25,00 e a maior chega à R\$ 400,00).

Um dado importante da pesquisa de Souza (2016) e que precisa ser ressaltado é o número de domicílios chefiados por mulheres. Do total de 90 famílias investigadas, foram detectadas mais de 34,0% de casas que têm como responsáveis uma mulher. Informação que comunga com o censo do IBGE (2010), nos comprovando o crescimento de residências chefiadas pelo gênero feminino no Brasil.

Um dos problemas que atinge as três comunidades (realidade da população brasileira como todo), é o saneamento básico. Mais de 90% dos entrevistados relataram não possuir rede pública de esgoto nas comunidades,

sendo que a maioria das casas utilizam o sistema de fossas rudimentares. Uma questão grave que atinge diretamente a saúde pública (Souza, 2016). Entretanto, conforme nos apresenta o Instituto Trata Brasil (2012), a universalização deste sistema no país anda a passos lentos e sem nenhuma perspectiva de mudança.

A partir dos estudos apresentados, pode-se afirmar que as comunidades remanescentes de quilombo sofrem diversas mazelas, como falta de saneamento básico, energia elétrica, água tratada, posto de saúde, pavimentação e melhoramento das estradas de acesso, educação contextualizada e tantas outras carências. Esta é uma realidade que também perpassa as comunidades inseridas em Minas Gerais e conseqüentemente no Vale do Mucuri.

As comunidades remanescentes de quilombo rurais e urbanas, na maioria das vezes são colocadas à margem da sociedade, muitas são caracterizadas como comunidades rurais, outras apenas como bairros periféricos. Os problemas e mazelas sociais que embasam suas realidades são ocultos a boa parte da população que as cercam, incluindo aqui os assistentes sociais.

IDENTIFICAÇÃO E ESTRANHAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO

O primeiro contato com as comunidades quilombolas foi impactante, primeiro por idealizarmos mentalmente uma comunidade repleta de pessoas negras, descendentes de escravos que ainda viviam em grandes galpões compartilhados por diversas famílias. Associação que grande parte da população ainda faz, uma vez que, historicamente o conceito de quilombo foi remetido a um reduto de negros fugitivos que se alocavam em terras de difícil acesso (RATTS, 2006). Entretanto, o conceito contemporâneo nos diz que se constituir enquanto grupo étnico, não exige que o território seja composto majoritariamente por sujeitos negros, ou apenas por negros, e que esses estejam necessariamente vinculados à escravidão. Embora possa haver uma “presunção” de origem em ancestrais negros que foram vítimas de processos de opressão ao longo da história.

No caso das comunidades estudadas, mais de 60% dos chefes de família são pretos. E se somamos o percentual de pardos e pretos, temos que mais de 90% dos responsáveis pela família são negros. Todavia encontramos pessoas brancas nesses territórios, assim como seres humanos com uma diversidade cultural gigantesca. Temos nestas terras descendentes de Alemães (Colonizadores da cidade de Teófilo Otoni-MG pertencente ao Vale do Mucuri), indígenas, italianos, entre outros.

A dificuldade de despir dos nossos pré-valores e entendermos o outro a partir de suas concepções, foi nosso maior obstáculo. Entender o processo de construção identitária desse grupo, foi um dos grandes desafios e ainda exige muito estudo e compreensão. No que concerne ao esforço de compreender o processo de construção e acionamento da identidade remanescente de quilombo das comunidades-alvo da pesquisa, concluímos que a constituição da identidade quilombola pode passar por uma diversidade de processos, dentre eles a construção de uma narrativa sobre a história comum dos membros da comunidade. O próprio contato com a ameaça da perda do território reafirma laços de solidariedade, gerando assim as condições para a constituição de um grupo étnico, conforme destaca Barth (1998). Contudo, também pode provocar atritos e acirramentos de conflitos, ocasionando o rompimento de laços e destituindo grupos familiares, pois se reconhecer é sempre uma relação de agregação de valor constituído do conviveu do eu com o outro e vice-versa.

A incorporação de características que irão constituir uma identidade decorre de acontecimentos sócio históricos e culturais, aos quais podem ser somados fatores de ordem externa, como as ameaças de expulsão, o acesso a direitos, ou ambos, como ocorre nas comunidades estudadas do Vale do Mucuri. Todavia, a etnogênese e a filiação das comunidades a uma nova matriz identitária não se dá de forma harmônica e rápida, este processo é lento e muitas vezes conflituoso, podendo perdurar por anos, como é o caso de Santa Cruz, Água Preta de Cima e Marques.

De acordo com Souza (2016) o reconhecimento étnico de um grupo, se dá mediante organização política, assim como destacou Poutignat e Streiff-Fenart (1998). Fato visivelmente comprovado nas comunidades supracitadas,

que ao se mobilizarem, passam a se informar sobre o que é “ser” quilombola, se organizando em comissões, até constituírem a associação quilombola. Nessa trajetória, vai sendo criado um sentimento de pertencimento dos indivíduos ao grupo. Em Marques, esse processo dividiu a comunidade bruscamente, fazendo com que de um grupo de sessenta e seis (66) famílias se desmembrasse, reduzindo os autodeclarados quilombolas em apenas nove (9) famílias. Conforme afirma Bauman (2005), a criação identitária é uma luta simultânea entre ser ou não ser.

A necessidade de encontrar sentido ao modo de vida dos grupos estudados, de valorizar o tempo de uma forma mais produtiva, de tentar em todas as visitas encontrarmos “soluções” para problemas que só nós (pesquisadores/estrangeiros) os identificavam, pois queríamos adaptá-los ao nosso mundo e não conhecer e entender a realidade que os conduzia, foi um processo lento e doloroso de construção e desconstrução. Nos permitimos dizer que muitas dessas dificuldades estavam associadas a nossa percepção, que “mesmo tendo travado contato pessoal com seus “nativos”, não conseguem ver nada além da miséria” (FONSECA, 2016, p. 22). Nesse processo, muitas vezes culpabilizamos o próprio quilombola pela sua “exclusão” social, acreditando que por terem um pedaço de terra, tinham a obrigação de plantar, que a constituição de associações comunitárias era a grande solução, que as cooperativas poderiam mudar a vida deles, o que não entendíamos era que “culpar a vítima”, abre caminho para programas de intervenção que fazem mais para disciplinar as populações incômodas do que para alterar suas condições objetivas de vida” (FONSECA, 2006, p. 22).

O trajeto da universidade até as comunidades quilombolas era longo e sempre marcado por grandes questionamentos. O contato com a realidade foi fazendo com que algumas questões começassem a nos intrigar de forma especial, estruturando-se como inquietações que compartilhamos: todas as comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri certificadas têm acesso aos benefícios ofertados especificamente para elas? Se sim, como se dá esse acesso? Se não, porque isto ocorre? Outro leque de questionamentos partiu de uma reflexão sobre o processo de construção identitária das

comunidades negras rurais, enquanto remanescentes de quilombo. Tal reflexão nos fez indagarmos como se dá tal processo: essa identidade enquanto quilombola é influenciada por fatores externos e/ou internos? E quais seriam esses? Como ocorreu o processo de auto-atribuição enquanto remanescente de quilombo para conseguirem a certificação?

Buscando responder essas perguntas começamos a desenvolver estudos sobre a temática, o que nos possibilitou ampliar nosso campo de visão na área de Serviço Social, além de percebermos como ainda somos restritos a assuntos tão relevantes como a questão racial, a questão quilombola, etc. Confessamos que o desenvolvimento desses trabalhos foi árduo, conforme destaca Gondenberg (2008), a coleta de dados, assim como a análise e sistematização das informações coletadas junto aos sujeitos da pesquisa não é fácil, e nem tão pouco simples, exceto para raras exceções.

O sofrimento que buscamos enfatizar aqui, é o de compreender o outro, mesmo sendo um “estrangeiro”, conseguir criar um laço de intimidade junto aos possíveis informantes. Alguns elementos foram fundamentais para a efetivação dos nossos estudos de campo. Um deles é que uma das pesquisadoras do grupo tinha um forte laço com o meio rural, fato que nos possibilitou interagir e ser aceita no interior das comunidades de forma bem mais simples que poderíamos imaginar.

Por ter nascido em zona rural e também ser filha de agricultor, vários dialetos e símbolos que conduziam o dia a dia das comunidades, também fazia parte do mundo de uma das integrantes dessa pesquisa, fator que nos permitiu ter uma aceitação rápida e confidencial dentro da comunidade, contribuindo para a ampliação do nosso capital social junto as lideranças de várias outros quilombos dos vinte setes municípios que compõem o Vale do Mucuri-MG. Entretanto, também vivenciamos momentos de saias justas que permitiram o aprendizado de algumas lições.

Nos primeiros encontros nas comunidades de Santa Cruz, Água Preta de Cima e Marques nos deparamos com uma questão delicada. Em todas as casas que chegávamos para conversarmos, alguém vinha oferecendo e servindo o tradicional cafezinho, bebida essa que não tínhamos o hábito de consumir,

porém, fomos percebendo que nas casas que recusávamos o café, automaticamente era criada uma barreira que impossibilitava uma conversa mais longa e tranquila, deixando claro que existia um distanciamento entre os informantes daquela família e as pesquisadoras. Entretanto só conseguimos nos ater ao fato quando um outro colega relatou a importância do café para os grupos familiares das comunidades. Ao aceitar tomar café junto com os informantes, sinalizávamos que não eramos diferentes, que fazíamos parte da comunidade, como eles diziam “não eramos metidos”. Foi a partir daí que começamos a tomar café em todas as casas que visitávamos. Mesmo não sendo uma bebida que agradava ao paladar, a inserção nos quilombos só foi possível depois que passamos a ser integrante de cada família, selando essa relação com um copo de cafezinho. Teve vezes que consumíamos mais de 10 copos de café por dia. Eis que a partir desse fato, apreendemos a primeira lição da pesquisa de campo: determinadas ações nos trazem grandes reações, diagnosticar e desvendar simples relações permite que nós pesquisadores tenhamos maior e ou melhor aproximação com os nossos possíveis informantes. Simples atitudes e estratégias podem nos conduzem a grandes resultados etnográficos.

Outro ponto que nos marcou muito enquanto pesquisadoras são as expressões linguísticas usadas no decorrer da nossa aproximação com as comunidades, essas são repletas de significado e podem ser usadas como termômetro do grau de relação do pesquisador com o pesquisado. Quando iniciamos nossos estudos com os três quilombos citados, todos os moradores locais chamávamos de “Dona” ou “Professora”. Expressões que demarcavam nossa posição nas comunidades: “as estrangeiras”, com aproximação entre informante e pesquisador, acarretada pelo café, pela confiança e respeito, essa distância foi sendo rompida, e a “dona/professora” foi sendo substituída por “roxinha”, apelido carinho usado pelas matriarcas e patriarcas que materializaram a nossa aproximação com o grupo, um ritual de passagem do estranho para o familiar.

A “experiência-distante”, conforme destaca Geertz (1997, p. 87), ou seja, algo que não fazia parte do nosso contexto, por meio das “experiências-próximas” nos fizeram criar uma relação mais íntima e ter uma maior aceitação

no grupo, pois a linguagem era nosso elo. Conhecer seus dialetos, assim como grande parte dos seus símbolos nos possibilitou sermos vistos como membros da comunidade, como um deles. Possibilito sermos “estrangeiras” recorrente, ou melhor dizendo, uma estranha que já era conhecida por causa de simples elementos como: cor, dialeto, ser de um lugar parecido com o deles, etc. Mesmo tendo nossas diferenças, encontramos símbolos que compartilhávamos, nos permitindo confirmar que,

se cada um molda sua própria cidade imaginária, sempre um pouco diferente da dos outros, mantemos em comum o fato de termos uma e isso nos aproxima. Isso identifica a todos com um mesmo lugar, e essa projeção local comum é uma mediação que nos identifica uns com os outros, sem nos confundirmos. (AGIER, 2015 p. 28).

O nosso lugar no interior dos quilombos não era apenas de estudante, ou uma simples pesquisadora, mas sim de um membro da grande família que compunham. Enfatizamos que essa aproximação foi primordial para o acesso a determinadas informações, como o conflito latifundiário em Santa Cruz e Água Preta de Cima, e a divisão de Marques em duas comunidades, uma que se reconhecia como quilombola e outra que por insegurança/medo preferiu não se autodeclarar.

Vivenciamos momentos de temor e tensão em Santa Cruz, quando entramos na casa de um morador que apoiava um grupo de fazendeiros que era contrário ao reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo. Um fato que causou muito nervosismo e alvoroço, principalmente por ter um dos membros da família armado. Evento que nos permitiu tirarmos a segunda lição sobre a pesquisa de campo: Não existe um manual a ser seguindo, nem se quer uma receita pronta. A pesquisa de campo é dialética e heterogênea, o que exige do pesquisador criatividade e muito jogo de cintura para sair de determinadas situações e não colocar sua vida e a de terceiros em risco, principalmente em espaços sociais marcados por subversões.

Por fim, compartilhamos nosso aprendizado no que tange o reconhecimento da pobreza brasileira enquanto uma expressão da questão social, também manifestada na zona rural, ou seja, resultado das relações sociais advindas do sistema de produção capitalista, comungando com as ideias

de Yazbek (2012). Em uma das comunidades estudadas diversas conversas paralelas com os adolescentes locais nos permitiram perceber a baixa expectativa futura desses, assim como a relação e concepção com a categoria trabalho. No intuito de sanar algumas necessidades básicas da família, a educação não era colocada nos planos dos jovens, que almejavam trabalhar logo para comprarem coisas simples, como seus materiais escolares (caderno, lápis, mochila, etc.), além de contribuírem na renda familiar. Com isso, o trabalho infantil passa a ser uma realidade constante. O contato com um grupo que não era foco direto da pesquisa nos permitiu obter a terceira lição: Muitas vezes nossos informantes são aqueles que menos damos visibilidade e importância no decorrer de toda pesquisa, porém podem ser os que vão nos relatar fatos e contextos que os olhos não conseguiram captar e os sujeitos ouvidos não se manifestaram ou sinalizaram como algo que mereceria um destaque. Ter a sensibilidade de perceber “os outros”, não descritos inicialmente nos nossos projetos de pesquisa nos permite ampliar nossos horizontes de estudos, observando as particularidades, as singularidades, mas também os acontecimentos que atingem a totalidade dos grupos pesquisados.

Muitas outras notas poderiam ser elencadas, contudo somos limitadas a uma quantidade de páginas que não comporta os diversos aprendizados adquiridos no decorrer dos anos pesquisando comunidades quilombolas. Porém, a maior e mais importante lição que tiramos nessas nossas viagens enquanto pesquisadoras foi a do respeito as diversidades. A questão social, conforme é delimitada hoje no âmbito do Serviço Social prioriza nossos olhares enquanto profissionais de forma restrita, nos conduzindo a análises ainda conservadoras. As mazelas sociais vivenciadas por grande parte dos nossos usuários não são apenas relacionadas a contradição existente entre capital trabalho, também perpassam questões culturais historicamente construídas. Temos questões culturais importantes que são perpendiculares a pauperização produzida pelo capital e reforçada cada vez mais pelos princípios neoliberais. Por isso, precisamos sermos eternos pesquisadores, nos atrevendo ir além do que nos é colocado.

PARA NÃO CONCLUIR

A interpretação do conhecimento local (Geertz:1989) não é um momento final, mas um processo contínuo que não separa o momento de coleta do momento da análise dos dados e não se afasta da perspectiva teórica do investigador.

Do primeiro contato com as comunidades quilombolas até hoje, diversas vezes partimos, mas sempre retornando, e essa volta, sempre é carregada de novas perguntas, e mesmos já conhecendo o espaço, tentamos despir do que já acreditamos conhecer, para embarcarmos em uma nova descoberta, que desencadeará em novos estudos.

Como diz Agier (2015, p.28),

Partir, perder-se, descobrir. Acabei me habituando a esse necessário exercício, a considerar que fazia parte de uma nova pesquisa [...], sem jamais parar de curtir o privilégio mágico que me é dado ao viver assim: o distanciamento de si, o abismo que impulsiona a pesquisa e, enfim, a exploração pessoal e minuciosa dos lugares que se desvelam e cujos habitantes terminam rompendo com a alteridade absoluta que acreditamos sentir no início de tudo.

Com os informantes quilombolas, descobrimos a miséria, mas também a fartura do sorriso, a riqueza da grandeza, a magnitude do tempo, assim como a importância da terra e principalmente o valor do outro. As casas distantes, o sol extremamente forte, os diversos pés de jaca, um cenário natural muito rico, muitas cachoeiras, comunidades rodeadas por pedras e localizadas em territórios de difícil acesso, lugares que fazem parte do nosso reconhecimento enquanto assistente social que busca pela emancipação humana, que acredita que a transformação só é possível vinda do próprio homem. Assim como nos diz Martins (2013), toda pesquisa nos transforma em uma nova pessoa, nos tornando artesões sempre em construção.

Muitas vezes, mensurados no mundo da academia, onde somos motivados e cobrados a produzirmos o tempo todo para alimentarmos nossos currículos lattes, esquecemos que somos humanos, nos deixamos levar pelas exigências impostas pelo sistema e nos tornamos nosso maior inimigo, não nos permitimos viver, pois passamos a ver tudo que não envolve ao estudo como

uma perda de tempo, entretanto, essa “perda” é nossa base para seguirmos adiante, pois é desses momentos que refletimos sobre nossas próximas viagens enquanto eternos pesquisadores. E enquanto assistentes sociais, precisamos viajar em mundos que muitos desprezam, seja pelo desconhecimento, seja pelo conservadorismo, contudo nos cabe como eternos investigadores conhecermos para radicalizar.

O saber do Assistente Social raramente é documentado. A etnografia pode proporcionar uma objetivação escrita desse saber, para a reflexão e para uma aproximação conceitual da prática cotidiana do Assistente Social.

REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, L.E.R. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997.
- AGIER, Michel. **Encontros etnográficos**: interação, contexto, comparação. São Paulo: Ed, Unesp; Alagoas; Edufal, 2015.
- ARMICOPA. Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores. **Diagnóstico Participativo da Agricultura Familiar do Território do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philipp; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Traduzido Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (Org.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis. Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- BRANDÃO, André. et al. **Comunidades quilombolas no Brasil**: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável** - Guia para o Planejamento. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2015.
- _____. Decreto Nº4887 de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das**

Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acessado em: 06 jul. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

_____. **Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3.239-9 de 2004 em face do Decreto nº 4887/2003.** Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Parecer%20%20ProcuradorGeneral%20da%20Rep%C3%BAblica.pdf>>. Acessado em: 14 nov. 2016.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição n.º 215, de 2000. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231 da Constituição Federal.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=889041>. Acessado em: 14 nov. 2016.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Terras Quilombolas.** São Paulo. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/terras/asp/pesquisa_terras_form.aspx>. Acessado em: 14 nov. 2016.

FONSECA, Claudia. **Classe e a recusa etnográfica, Etnografias da Participação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas.** Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/?page_id=88>. Acessado em: jul. 2016.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa,** Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GONDENBERG, Mirian. **Noites de insônia: cartas de uma antropóloga a um jovem pesquisador.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF). **Atualização do plano de desenvolvimento territorial rural sustentável: território da cidadania Vale do Mucuri-MG.** Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Extensão. Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar. Teófilo Otoni: UFVJM, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio099.pdf>. Acessado em: 20 mar. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento Básico nas 100 Maiores Cidades**. 2012. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/>. Acessado em 24 de fevereiro de 2016 às 11h02min.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Cristóvão, v. 1, n, 2, 2013.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RATTS, Alecsandro J. P. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA, Sidimara Cristina de. **Programa Brasil Quilombola: limites e possibilidades do acesso das comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri/MG**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Sidimara Cristina de. OLIVEIRA, Roberta Rezende. BRANDAO, A. Pereira. As Comunidades Quilombolas e a Nova Classe Média: uma análise do nordeste brasileiro. In: Seminário Nacional Sociologia & Política, 7, 2016, **Anais...** Curitiba: UFPR, 2016. v. 7. p. 01-17.

YASBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 33, n. 110, 2012.